REVISTA DA ABPN

DOI 10.31418/2177-2770.2021.v13.c3.p232-255 | ISSN 2177-2770
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

OS TERRITÓRIOS DE QUILOMBO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA CARTOGRAFIA SOCIAL

Pamela Marcia Ferreira Alves Dionisio[1]
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Campus Maracanã, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Aline da Fonseca Sá e Silveira[2]
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Campus Maracanã, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo: Este artigo visa compreender como o campo teórico-metodológico da Cartografia Social pode contribuir para o processo de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas. Para isso, realizou-se um breve debate sobre o território; apresentou-se a dimensão política dos territórios quilombolas no Brasil, bem como a perspectiva teórico-metodológica da Cartografia Social como um caminho possível para o processo participativo de gestão do território, no que tange à reinvindicação de direitos sobretudo e ao que concerne ao processo de reconhecimento e titulação de terras destes territórios. Para tanto, utilizaram-se as experiências em duas comunidades quilombolas que tiveram a Cartografia Social como suporte para a reivindicação de suas terras: a ocorrida no Quilombo da Fazenda (SP) e no Quilombo de Cachoeira Porteira (PA).

[1] Doutora e Mestre em Geografia (UFRJ), com período de doutorado sanduíche no Instituto de Geografia Regional (Institut für Landerkunde), em Leipzig. Bacharel e Licenciada em Geografia (UFRJ). Atuou como docente do curso de graduação de Licenciatura em Geografia no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), *campus* Nova Venécia. Atualmente é Professora de Geografia EBTT no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Cefet/RJ e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER). Tem experiência na área de Geografia e de Cartografia, com ênfase em Cartografia social e relações étnico-raciais, Cartografia escolar, Geografia escolar, Cartografia Básica e Geografia Humana. E-mail: pamela.dionisio@cefet-rj.br. ORCID: 0000-0001-9376-8585

[2] Doutora e Mestre em Geografia (UERJ), Pós-Graduada em Educação e Relações Étnico-Raciais (Cefet/RJ), Bacharel e Licenciada em Geografia (UFF). Foi Coordenadora Administrativa do Curso de Licenciatura em Geografia no CEDERJ (2013-2016). Atuou como Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Carangola), onde exerceu as funções de Coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia (2017-2019) e Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros (2016-2019). Atualmente é Professora de Geografia EBTT no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Cefet/RJ e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER). Dedica-se aos estudos de Geografia Rural, com ênfase nas relações étnico-raciais no espaço rural e no debate epistemológico acerca da formação do espaço agrário brasileiro, com especial atenção aos territórios de quilombo. E-mail: aline.silveira@cefet-rj.br. ORCID: 0000-0003-0690-2809

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Processo de Titulação de Terras; Transposição do Imaginário Geográfico; Dinâmicas Territoriais; Processos Participativos.

THE QUILOMBO TERRITORIES IN BRAZIL FROM THE PERSPECTIVE OF SOCIAL CARTOGRAPHY

Abstract: This article aims to understand how the theoretical and methodological field of Social Cartography can contribute to the process of recognition and titling of quilombola territories. For this, an debate was held on the meaning of territory; the political dimension of quilombola territories in Brazil was presented, as well as the theoretical-methodological perspecctive of Social Cartography as a possible path for the participatory process of territory management, with regard to the claim of rights above all and with regard to the process of recognition and land titling of these territories. For this purpose, experiences were used in two quilombola communities that had Social Cartography as support for the claim of their lands: the one that occured at Fazenda's Quilombo (SP) and in Cachoeira Porteira's Quilombo, in Oriximiná (PA).

Keywords: Quilombola Communities; Process of Acquiring Title to Lands; Transposition of the Geographic Imaginary; Territorial Dynamics; Participatory Processes.

LOS TERRITORIOS QUILOMBOLAS EN BRASIL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA CARTOGRAFÍA SOCIAL

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender cómo el campo teórico-metodológico de la Cartografía Social puede contribuir al proceso de reconocimiento y titulación de los territorios quilombolas. Para ello, se llevó a cabo un debate sobre el significado del territorio; se presentó la dimensión política de los territorios quilombolas en Brasil, así como la perspectiva teórico-metodológica de la Cartografía Social como un camino posible para el proceso participativo de gestión territorial, en cuanto a la reivindicación de derechos sobre todo y en cuanto al proceso de reconocimiento y titulación de tierras en estos territorios. Para eso, se utilizaram las experiencias en dos comunidades quilombolas que tenían la Cartografía Social como soporte para la reivindicación de sus tierras: la que ocurrió en Quilombo da Fazenda (SP) y en el Quilombo de Cachoeira Porteira (PA).

Palabras-clave: Comunidades Quilombolas; Proceso de Titulación de Tierras; Transposición del Imaginario Geográfico; Dinámicas Territoriales; Procesos Participativos.

LES TERRITOIRES QUILOMBO AU BRÉSIL DU POINT DE VUE DE LA CARTOGRAPHIE SOCIALE

Résumé: Cet article a pour objectif de comprendre comment le champ théorique et méthodologique de la cartographie sociale peut contribuer au processus de reconnaissance et de titularisation des territoires Quilombolas. Dans ce but, un bref débat

sur le territoire a été mené ; la dimension politique des territoires quilombolas au Brésil a été présentée, ainsi que la perspective théorique et méthodologique de la cartographie sociale comme une voie possible pour le processus participatif de gestion du territoire, en ce qui concerne la revendication des droits, notamment concernant le processus de reconnaissance foncière et de titrage de ces territoires. Pour ce faire, les expériences de deux communautés quilombolas qui ont fait appel à la cartographie sociale comme support pour la revendication de leurs terres ont été utilisées : celle de Quilombo da Fazenda, à São Paulo, et celle de Quilombo de Cachoeira Porteira, au Pará.

Mots-clés: Communautés Quilombolas; Processus d'attribution de titres fonciers; Transposition de l'imaginaire géographique; Dynamique Territoriale; Processus Participatifs.

INTRODUÇÃO

A Cartografia Social constitui-se num campo teórico que diz respeito a uma nova maneira de se fazer cartografia, em que os indivíduos e/ou os grupos não apenas utilizam os mapas, mas também os interpretam e elaboram, realizando suas próprias representações cartográficas (DAOU, 2009). Deste modo, pode ocorrer a representação dos marcos materiais daqueles que muitas vezes têm seus discursos calados, como os quilombolas, indígenas e ribeirinhos, seja nos textos oficiais, seja nos mapas que representam as áreas ocupadas por estes grupos.

Assim, representar o território quilombola por aqueles próprios que vivem este espaço, resgatando elementos históricos, culturais, simbólicos e/ou políticos significa sepultar o silêncio da cartografia dita convencional e possibilitar um processo de empoderamento por parte dos grupos que realizam este tipo de mapeamento, seja no auxílio do resgate dos seus elementos identitários, seja nas contribuições para os processos de reivindicação por demarcação de terras e territórios. E é sobre esta última contribuição que trata preponderantemente o presente artigo, tendo, assim, por objetivo geral: compreender como o campo teórico-metodológico da Cartografia Social pode contribuir para o processo de demarcação de territórios quilombolas. Para tanto, os objetivos específicos do presente proposto compreendem a realização de um breve panorama acerca da concepção dos territórios de quilombo e entender que seus referenciais africanos foram imageticamente transpostos para o Brasil de maneira que seus aspectos históricos, culturais e de resistência não podem ser ignorados ao se pensar na importância da manutenção de seus territórios como forma de preservação da identidade quilombola; debater as relações entre a Cartografia Social e o território, no que

tange aos caminhos possíveis do campo da Cartografia Social para o processo participativo de gestão do território; e, por fim, levantar estudos de caso de territórios quilombolas que tiveram o seu processo de demarcação de terras mediado pelas oficinas da Cartografia Social como instrumento de afirmação política.

O método utilizado no presente artigo é o dialético-fenomenológico, tendo em vista a busca pela contestação dos fatos hegemônicos, realizados através da revisão bibliográfica do tema em debate, e o estudo de caso das comunidades quilombolas – Quilombo da Fazenda e Cachoeira Porteira. O amálgama deste estudo compreende os pressupostos investigativos da Cartografia Social como um instrumento de análise e de sistematização de dados a ser utilizado por comunidades tradicionais, principalmente por aquelas que veem no território o elo indissociável de sua existência, garantindo, assim, sua identidade e territorialidade. Para tanto, este artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção diz respeito a uma abreviada discussão da acepção de território, a partir de sua dimensão política, como uma porção do espaço apropriada por um indivíduo ou grupo a partir de uma teia de relações de poder, além de suas dimensões cultural e social. A segunda seção aborda a compreensão de territórios de quilombo a partir de uma lógica afrocentrada, com referenciais específicos da região central do continente africano, de modo a buscar a compreensão desses territórios no Brasil a partir do entendimento dos quilombolas enquanto agentes e protagonistas de suas histórias. A terceira seção trata do que é a Cartografia Social e como essa área contribui para as questões territoriais. Já a quarta seção traz dois estudos de caso: o Quilombo da Fazenda, em Ubatuba (SP), e o Quilombo de Cachoeira Porteira, em Oriximiná (PA), para apresentar empiricamente a proposta apresentada na segunda seção.

A ACEPÇÃO DE TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

O território é concebido por e a partir de uma teia de poder, que um indivíduo ou grupo exercerá sobre ele. Sendo também, segundo Souza (1995), um campo de forças, uma rede de relações, definindo, simultaneamente, questões de limite e de alteridade: a distinção entre “nós” (os locais, a comunidade, os *insiders*) e os “outros” (os forasteiros, os estranhos, os *outsiders*). Raffestin (1993) está de acordo com a perspectiva de Souza (1995), já que o território para este autor é:

> (...) o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. (…) O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou, seja energia e informação, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O território pode ir além da dimensão jurídica-política e apresentar, igualmente, o aspecto cultural, bem como econômico, conforme defende Haesbaert (1997). O primeiro elemento diz respeito ao território como porção do espaço, cuja delimitação e controle ocorrem a partir de relações de poder, conforme já mencionado. O segundo concerne a um viés cultural(ista), onde se dá a prioridade ao que é simbólico e subjetivo. Sendo assim, o território é encarado como essencialmente resultado da apropriação realizada por meio da identidade social e/ou imaginário sobre o espaço. Já o terceiro, apresenta o território como dimensão econômica, caracterizando-o como a ótica da materialidade, como resultado espacial da luta entre a relação capital-trabalho e as classes sociais (HAESBAERT, 1997).

Sendo assim, o que se observa nesta acepção de três dimensões do território é a concepção de um *continuum* em que as diversas perspectivas do território se articulam com:

> os processos de territorialização – com maior carga funcional (...) até aqueles com maior carga simbólica, sem perder nosso foco nas relações de poder. Considerando dois extremos (...) diríamos que não é possível conceber territórios puramente funcionais (...), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material por alguns denominado espaço – ou território – de "referência identitária", deverá estar presente) (HAESBAERT, 2009, p.11).

Esta compreensão de território coaduna com a abordagem do presente artigo, que tem como enfoque os grupos quilombolas, cujos territórios se veem entremeados por questões históricas, sociais, econômicas e culturais, com destaque para o fato de suas terras terem valor simbólico muito presente na constituição e no entendimento dos quilombos como representação da resistência e identidade de seu povo, ao apresentar a dimensão imagética de elementos ancestrais que rememoram e reafirmam a importância da manutenção deste território, enquanto substrato material e imaterial para tais comunidades. Deste modo, no caso dos ritos afro-brasileiros, a maior parte dos locais apresentam-se revestidos de simbolismos, de maneira que a destituição destes locais aos

seus grupos significa a perda de referências do território que são basilares para a construção identitária das comunidades em questão.

A dimensão econômica também se faz presente nestas porções espaciais, a partir do momento em que estas áreas passam a abrigar atividades de agricultura e de criação de animais, por exemplo, o que auxilia no sustento do grupo. Finalmente, existem as questões políticas que estão entremeadas a estes territórios, a partir do momento em que agentes de esfera pública ou privada procuram expropriar estes grupos de suas terras, seja para a construção de bases militares, seja para a demarcação de áreas de preservação ambiental, seja para o uso de especulação fundiária e imobiliária, dentre outros anseios. E é sob a dimensão política dos territórios, prioritariamente, que este artigo se enfoca, uma vez que serão levantadas as possibilidades da Cartografia Social como campo teórico, e os mapeamentos participativos como instrumento metodológico para a instrumentalização dos povos quilombolas, auxiliando em seus movimentos enquanto territórios de resistência, de maneira que as autocartografias possam empoderar os grupos para a reivindicação de direitos, como no processo de demarcação e titulação de suas terras.

Ao se vincular aos aspectos simbólico, econômico e político do território, a Cartografia Social garante uma compreensão holística da importância da manutenção do território quilombola e, também, da indissociabilidade do contexto histórico e transatlântico da constituição desses territórios de resistência negra. Sendo assim, debruçar-nos-emos, na próxima seção, na formação dos territórios de quilombo ainda na região central da África, quando populações distintas se reuniram em grupos subalternizados, pela condição imposta pelo colonizador português, e lutaram não apenas contra o colonizador, mas principalmente pela manutenção da estrutura organizacional dos reinos e sobados já existentes nesta região.

Para tanto, faz-se necessária uma análise afrocêntrica deste momento histórico-espacial que compreende a formação dos primeiros territórios de quilombo de que se tem registro. Afirma-se, ainda, que, para uma autêntica e sólida investigação do presente estudo, é preciso considerar o pensamento, a prática e a perspectiva dos africanos como sujeitos e agentes de fenômenos (quilombo, práticas de resistência, alianças etc.) atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus interesses (ASANTE, 2009).

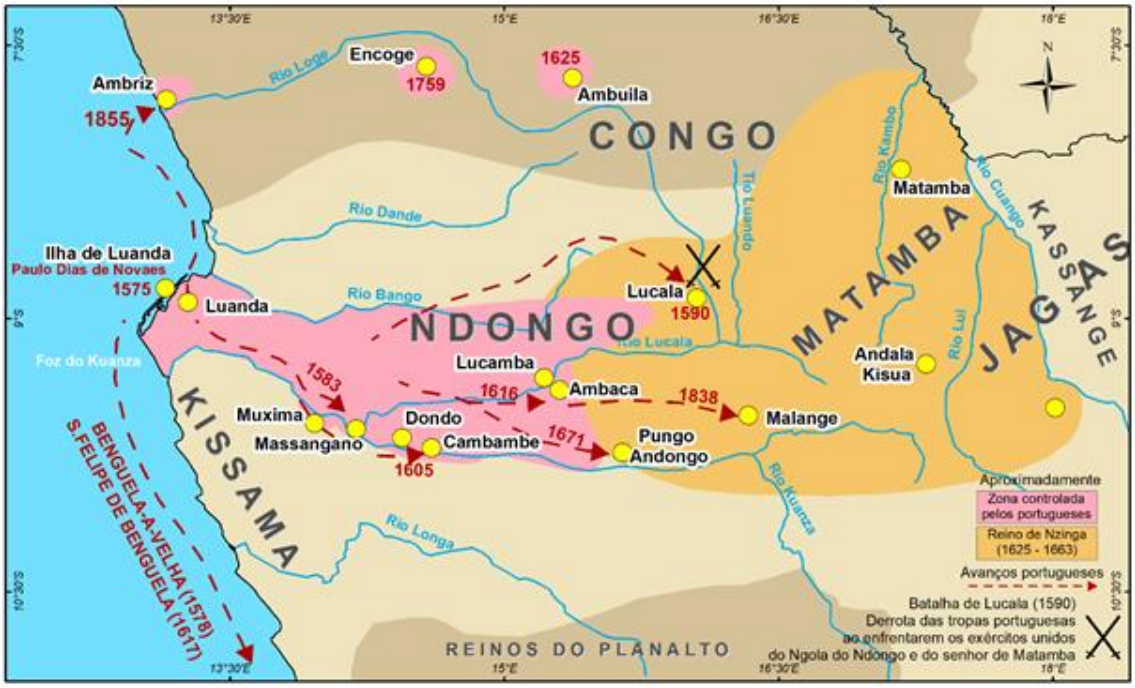
OS QUILOMBOS NA ÁFRICA CENTRAL: O PONTO DE PARTIDA PARA A COMPREENSÃO DOS TERRITÓRIOS DE QUILOMBO NO BRASIL

Compreender parte dos aspectos políticos da África Central mostra-se indispensável para a construção de nossa reflexão, visto que tal região foi o ponto de partida de um enorme quantitativo de negros escravizados para o Brasil, talvez o maior percentual dentre os povos traficados entre as margens do Atlântico. Por este motivo, a África Central já merece a nossa atenção, mas, não por coincidência, é também nesta região, mais especificamente nas terras dos Reinos do Congo, N'Dongo e de Matamba (ver figura 1), onde vamos encontrar os territórios itinerantes e de características militares denominados quilombos – que direciona o eixo deste debate. É preciso recordar, portanto, os desafetos entre as aldeias e reinos para que possamos compreender um pouco da complexidade do mercado de escravos na África Central. Para exemplificar tal acontecimento, destacaremos o Reino do Congo, localizado à margem sul do Rio Congo e que revela múltiplas histórias de acordos e desacordos, em razão de sua supremacia em relação aos povos da região.

Constituído a partir de vínculos familiares e alianças que formavam uma confederação de aldeias e cidades organizada sob a forma de territórios-rede que interligavam até 20 províncias[3], o Reino do Congo, cuja capital e sede do conselho se localizava em Banza Congo, compreendia uma sociedade totalmente hierarquizada, onde os chefes dos grupos viviam em construções grandiosas, juntamente com suas mulheres, filhos, conselheiros e escravos. Segundo o relato de viajantes, como Christóvão Ribeiro, Giovanni Cavazzi e Manuel Ribeiro, ainda no século XVI, algumas cidades que compunham o reino eram tão grandiosas quanto as capitais europeias, suas construções demonstravam elevado grau de complexidade e a organização das cidades revelavam certos privilégios em relação à população residente na cidade e desta sobre as aldeias menores.

[3] O número de cidades e aldeias pertencentes ao Reino do Congo foi bastante dinâmico ao longo dos anos. A estimativa aqui utilizada se baseia em Joseph Miller (2013) e Elikia M'Bokolo (2009).

Figura 1: Mapa dos Reinos de Matamba, Congo e Ndongo e a interiorização da colonização portuguesa (séculos XVI ao XIX).



Fonte: SILVEIRA, A.F.S, 2019. Inspirado em Blog Ensinar História, de Joelza Domingues <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/ nzinga-guerra-portugueses/> (Acesso em 19.01.2018 às 19:42).

Em tal modelo organizacional, as aldeias pagavam tributos ao Reino do Congo, geralmente com parcelas do que extraíam e/ou produziam: tecidos, sal, alimentos, minérios e búzios. Em contrapartida, aqueles que estavam sob o domínio do reino tinham o direito de gozar das trocas comerciais daquilo que era produzido dentro de seus limites territoriais, além de receber proteção militar e espiritual.

Contudo, esse sistema hierárquico imposto pelos reinos apresentava muitos exemplos de discordância e descontentamento entre seus pares, principalmente quando da chegada do colonizador português e das alianças estabelecidas entre alguns dos chefes locais. De acordo com Luz (2003), tal cenário possibilitou a constituição e formação de grupos paramilitares de organização móvel, conhecidos como kilombo, forjados a partir da lógica de resistência ao sistema imposto pelos representantes políticos locais. Seus acampamentos apresentavam forte poderio militar e eram cercados por uma barreira de paliçada que dificultava o acesso quando das investidas de outros grupos e do exército real.

Cabe pontuar que o mercado de escravos da África Central inicialmente se deu através de alianças entre determinados reinos e comerciantes portugueses. A carga

humana traficada era capturada nas regiões interiores do continente, em aldeias e reinos inimigos do Congo. Os comerciantes portugueses, contudo, não adentravam na porção interior da África Central, ao contrário, aguardavam seus "fardos" no litoral em troca de mercadorias europeias e americanas e, principalmente, de armas.

Sobre o trato do comércio de escravos, no continente africano, é mister esclarecer que, caso um reino se recusasse ou deixasse de comercializar com os traficantes de escravos africanos ou portugueses, este poderia tornar-se o alvo de outros grupos e, então, ter sua população dizimada e/ou submetida à escravização. E é neste contexto, a partir de meados do século XVI e início do XVII, que os quilombos passam a compor a paisagem da África Central, ocupando as brechas dos reinos africanos e dos presídios portugueses, consolidando-se como poderosos núcleos de resistência (SILVEIRA, 2019).

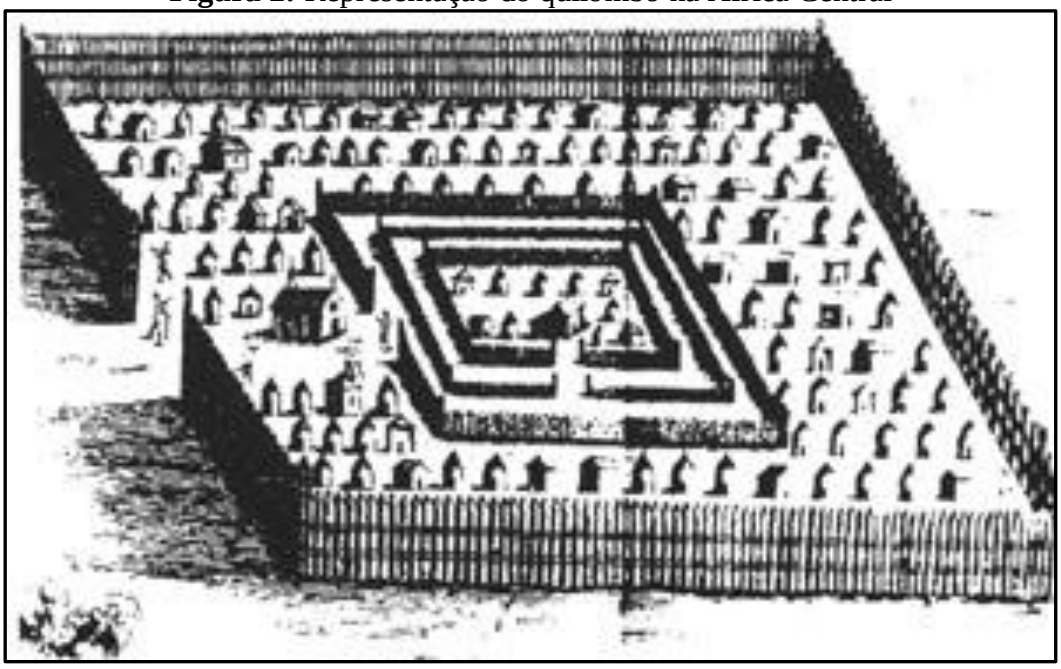
De acordo com Vansina (2004), o aumento expressivo destes grupos se deu com a chegada dos primeiros traficantes de escravos e a grande transformação do Reino do N'Dongo a partir da "associação" do soba (chefes locais) com os traficantes portugueses. Vansina afirma que a elevada desigualdade encontrada nas aldeias e reinos, combinada com o processo de implantação da escravidão, fez com que os pobres da região se rebelassem e se organizassem nas estruturas do quilombo. Neste ínterim, a parcela privilegiada da população se ocupava com o controle da produção agropastoril, enquanto os menos favorecidos prestavam serviço à outra parcela beneficiada. Entretanto, com a chegada dos traficantes portugueses no interior do continente, estes ficaram expostos às políticas de compra e venda do mercado negreiro, o que lhes permitiu entender o português não mais como um estrangeiro ou comerciante, mas como um inimigo – levando-os a se organizarem em quilombos.

Os quilombos se organizavam de maneira nuclear, com estrutura política bem definida e, por não estarem fixos num determinado lugar, a agropecuária era bastante simples, contando com animais de pequeno porte e de fácil trato em seus deslocamentos. Estes povos, por sua vez, nem sempre estavam ou eram aliados um aos outros, mas tinham em comum a sua estrutura política e organizacional, além da resistência à lógica político-social do N'Dongo, a quem estavam "submetidos".

Altamente hierarquizados, os guerreiros dos quilombos seguiam o comando de seu líder (chefe do quilombo) e recebiam treinamento militar intensivo. Sua disposição se dava em diversos níveis de paliçada, de forma que o líder ficasse praticamente

inalcançável em caso de conflitos, conforme podemos observar na figura 2 – esquema representado pelo Padre Giovanni Cavazzi, na segunda metade do século XVII.

Figura 2: Representação do quilombo na África Central



Fonte: Cavazzi, G. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. 2 volumes. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, [1687] 1965.

A título de esclarecimento, o Padre Giovanni Antonio Cavazzi (1621-1678) foi um missionário capuchinho que, a serviço da Coroa portuguesa, buscou nos reinos do Congo, Matamba e Angola os primeiros relatos daqueles povos e, consequentemente, evangelizar esses povos "bárbaros"[4].

A organização, tal como descrita e esquematizada anteriormente por Giovanni Cavazzi, pôde ser observada em diferentes localidades da região da África Central e, posteriormente, em outras colônias portuguesas, fato que nos leva a crer num *continuum* organizacional e de resistência entre África e Brasil.

Com a colonização e interiorização portuguesas, os quilombos ganharam ainda mais notoriedade no que tange aos conflitos entre povos africanos, haja vista que o mercado de escravos mobilizou toda a região da África Central, e os quilombos, nesse contexto, apresentavam-se de certa maneira mais preparados para evitar a captura de seu

[4] Para uma melhor compreensão das ações e intenções de Cavazzi na África Central, ver Joseph Abraham Levi, Padre Antonio Giovanni Cavazzi (1621-1678), nos reinos do Congo, Matamba et Angola. Primeiros Contatos Europeus com a África.

povo, pois já estavam organizados numa estrutura combativa e flexível, dificultando, assim, o apresamento de seus homens.

Considerando tais observações, acredita-se que a formação dos territórios de quilombo no Brasil esteja diretamente ligada àqueles territórios de quilombo em África, pois é possível que os seus fundadores tenham tido contato estreito com os habitantes da região do N'Dongo. Isto posto, ressalta-se a ideia de que os próprios revoltosos dos quilombos da África Central, comercializados como escravos e trazidos ao Brasil, após as fugas das fazendas e dos engenhos, tenham se organizado territorialmente sob o mesmo modelo daquele adotado em sua terra natal, tendo se estabelecido a partir de um intenso e complexo movimento de reterritorialização constituído tanto sob a negação dos dispositivos de controle e poder do agente branco, como da necessidade da retomada de sua liberdade e autonomia (SILVEIRA, 2019).

Trata-se de um território (re)desenhado sob princípios negro-africanos em terras brasileiras que, em sua essência, têm como característica principal atuar como um campo de força oposto às estruturas de poder hegemônicas, sejam africanas ou portuguesas, garantindo, por meio de seus processos de luta e resistência, a sua própria existência.

Sendo assim, pode-se dizer que a constituição dos quilombos tinham propósitos semelhantes: enquanto em África o quilombo era pensado como um território contrário à lógica política hegemônica, de forma que seus sujeitos pudessem fugir da possibilidade da escravidão e contrariar o avanço da colonização portuguesa e seus aliados; no Brasil, o quilombo também tinha por objetivo principal contrariar a lógica política vigente, seus idealizadores buscavam a fuga da sua situação de cativo e a retomada da sua condição humana, ou seja, resistindo à política escravocrata e refutando todas as formas perversas de desumanização da escravização da mão de obra africana.

De acordo com Silva, Mendes e Oliveira (2020, p. 421):

> Por sua natureza contra-Estado, nômade, como em África, o quilombo no Brasil se tornou uma forma potente de subtrair os modelos impostos pelo Estado. Os povos que se organizavam neste novo socius com desdobras militares e políticas puseram-se a disputar este território desterritorializado pela invasão Branca, sobretudo, portuguesa. Como em África, ao se moverem pela região que chegaram ao Brasil, escolheram locais estratégicos de modo que permitiam alcançar, enxergar tudo ao seu redor pela posição em que o Quilombo se localizava.

Assim como a afirmação dos autores supracitados, concordamos que os territórios de quilombo, portanto, são a representação da liberdade conquistada pelos

quilombolas, e a relação desse substrato material com os sujeitos que o compõem é o elo indissociável para a manutenção desta territorialidade que se faz presente e manifesta nas reminiscências de quilombo. A manutenção desses territórios, enquanto substratos material e imaterial, assegura, por conseguinte, o aspecto de resistência dessas comunidades, ou seja, a identidade-elo que constituiu e manteve esses sujeitos unidos ao longo do período escravocrata, e para além dele, àquele que permitiu que tais negros retomassem a condição de protagonistas de sua própria história.

A CARTOGRAFIA SOCIAL E O TERRITÓRIO

Esta seção visa apresentar brevemente o que é a Cartografia Social e a sua contribuição para as questões territoriais, seja como instrumento para a reivindicação dos direitos territoriais, seja para a gestão do território. Assim, no campo de estudo da Cartografia Social, os grupos excluídos passam a ter voz ao realizarem seus próprios mapas, sendo capazes de autocartografarem seus territórios, repleto de símbolos, marcos materiais, dentre outros elementos importantes que constroem a sua identidade e que servem como instrumento base para a reivindicação de direitos, questões de terra e de território.

A metodologia dos mapeamentos participativos, que faz parte do *corpus* teórico da Cartografia social, surgiu no Canadá em 1970, a partir do "Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós" para dar visibilidade a estes grupos étnicos. Sendo assim, eles próprios construíram mais de duzentos mapas para mostrar os diversos meios de sobrevivência dos grupos para viverem nas partes frias do Canadá e do Alasca. Estes mapeamentos participativos ficaram conhecidos como cartografia de posse, uma vez que se constituíram na construção de evidências cartográficas pelos povos esquimós, a fim de auxiliar na negociação do reconhecimento formal dos seus territórios ancestrais, garantindo, assim, seus direitos sobre as suas terras (POOLE, 2006).

No caso brasileiro, a Cartografia Social emerge no começo de 1990, com o desenvolvimento de um processo de politização das apropriações do território (ACSELRAD, 2010), como no caso do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, capitaneado pelo Prof. Alfredo Wagner, o qual contempla mapas elaborados por indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, dentre outros grupos, para auxiliar no

entendimento de seus territórios, bem como no processo de demarcação de suas terras (ALMEIDA, 2013).

Haja vista o quadro apresentado, a Cartografia Social facilita a reivindicação dos grupos sociais, ao se constituir numa área que apropria técnicas e modos de representação cartográfica moderna por parte de grupos sociais em desvantagem, fornecendo, assim, substratos para a reivindicação de territórios, de terras, além do acesso a recursos naturais (GAVIRIA & CÁCERES, 2010). Num cenário de conflito por posse de terra, por exemplo, o mapa, quando elaborado pelos protagonistas das ações que estão ocorrendo no território, torna-se um instrumento de afirmação de direitos, sendo, assim, uma peça para a representação e o desenvolvimento dos conflitos, com o objetivo de aumentar o poder de negociação dos grupos tradicionais perante as intenções dos agentes econômicos, reafirmando, assim, os direitos perante o Estado.

Mac Chapin (2006) coaduna com o posicionamento de que o mapa apresenta uma dimensão política, ao declarar que o aspecto político do mapa é manifestado quando este é posto em uso, como no caso de reivindicar ou defender terras, ou para que ocorra a consolidação do poder político. Os mapas podem, ainda, ser utilizados como base para gestão, negociação, discussão e resolução de conflito. O mesmo autor avança na discussão do viés político do mapa ao declarar que o mapa possibilita o diálogo razoável, em vez da confrontação que, geralmente, aumenta a suspeita e provoca problemas desnecessários. Com o mapa, a negociação, em geral, suplanta a confrontação, uma vez que a construção da cartografia com dados de campo facilita o processo de discussão do uso de terras, os direitos da terra, dentre outras temáticas.

Desse modo, a cartografia social procura desafiar o fato de as populações tradicionais, muitas vezes, estarem invisíveis nos mapas do Estado, possibilitando emergir, além dos conflitos que estão em decurso no território em tela, a possibilidade de empoderamento por parte dessas comunidades envolvidas, uma vez que as comunidades passam a ter um sentido de existência ao estarem no mapa e se reconhecerem neste (DAOU, 2009), já que esta cartografia potencializa o desenvolvimento da consciência crítica e da ação no coletivo, ocorrendo a elaboração da própria linguagem dos participantes (como a seleção de legendas e símbolos) e o compartilhamento de experiências do grupo (MOORE & GARZÓN, 2010).

No que concerne à Cartografia social e ao território, estes caminham juntos, uma vez que o imaginário da cartografia e o território existente nas representações dos mapas

recortam o real para realizar a sua descrição, definição e dominação no nível simbólico. Desse modo, as representações da cartografia passaram, também, a sofrer subordinação no que concerne aos territórios indispensáveis para os sistemas políticos que os justificavam e reclamavam. O território dotado de polissemia e pluralidade, apresentando aleatoriedade e descontrole, foi sendo mudado para uma porção espacial limitada, quantificada e sob o domínio da cartografia, a qual se constitui num apoio ao agir político (LUSSAULT, 1995).

Convém frisar que os mapeamentos participativos e a Cartografia Social estão associados à parte majoritária das questões relacionadas à "virada territorial" (CÁCERES, 2010), a qual consiste no fato de os grupos subalternos estarem se mobilizando com fins de demandas territoriais, como nos processos para a ocorrência de titulação de povos indígenas e comunidades quilombolas (HOFFMANN, 2010). Os direitos de governança e a propriedade dos territórios são transferidos nesses processos para comunidades afrodescendentes e indígenas (OFFEN, 2003). A cartografia social auxilia nessa questão, pois, ao passo que a reivindicação dos direitos ocorre na dimensão espacial, não existir num mapa tem como significado não ter como comprovar a sua concretude territorial, que viabiliza a condição de possuir terras e ter acesso a seus recursos (FOX, 2008). Assim, os usos da cartografia social relacionados à virada do território evocam uma demanda territorial, a qual concerne às relações de poder, de autogestão, de afirmação de identidade e domínio dos recursos naturais, buscando a imposição de uma nova territorialização, a qual pode propiciar a redefinição das relações das comunidades envolvidas com o Estado e a nação. Desse modo, para que a virada territorial aconteça, é preciso que existam recursos que propiciem a administração do território de forma autônoma, onde o reconhecimento implique em financiamento e redistribuição, uma vez que, a existência de títulos por si só não resolve questões perenes de disparidade social, sustentabilidade ambiental e economia (OFFEN, 2003).

Ainda nos territórios e na cartografia social, é importante entender e buscar as características das tramas do território que estão implícitas quando se fazem os mapeamentos de comunidades, ocorrendo, no processo do fazer os mapas, disputas cartográficas, que estão intimamente ligadas às disputas que ocorrem no território. Vale salientar que as tramas territoriais consistem no movimentar realizado pelos modos de produção social territorial e pelas relações existentes nesse processo, como apropriar-se de um território de maneira direta, por meio de aparatos dentro da legalidade, e/ou a partir

de identidades projetadas, de representações cartográficas, dentre outros. A cultura, os dispositivos jurídicos e a lógica política agem sobre essas questões relacionais reticulares que proporcionam a conformação dos territórios (TELLES; CABANES, 2006).

No que tange às disputas cartográficas e territoriais, a elaboração de mapas propicia um modo de dominação na dimensão do simbólico e, também, de apropriação do espaço, no significado de Lefebvre (1974), os quais se relacionam com as lutas territoriais pelo poder de porções espaciais (ACSELRAD, 2010). Ao conceberem os territórios de forma alternativa, os atores que realizam os mapas possibilitam a concretização de uma política de cunho cultural, onde buscam a manutenção das peculiaridades de suas comunidades, procurando classificar os territórios, evidenciar as distinções culturais e estabelecer os signos de pertença através de relações e de contrastes. Dessa maneira, a identidade social dos grupos envolvidos, igualmente, se constitui numa identidade territorial, uma vez que o referencial simbólico de sua elaboração tem o seu perpassar ocorrido no território (ARAÚJO e HAESBERT, 2007).

Convém frisar que, visando não somente à organização e à reflexão do território para tempos ulteriores, a cartografia social objetiva, igualmente, que os grupos sociais locais construam continuamente essa porção espacial, valendo enfatizar que, simultaneamente, os locais fazem parte de sistemas reticulares que suplantam ou desconhecem o território. Desse modo, planejar o território implica no entendimento do redefinir perene que as práticas territoriais propiciam como os processos sucessivos de localização-deslocalização dos agentes envolvidos. Logo, atores e territórios mostram-se ligados nesse tipo de planejamento, ocorrendo a construção do território com os atores e a mobilização dos atores por intermédio do território, onde, possivelmente, ambos sofrerão mudanças (JOLIVEAU, 2008).

CARTOGRAFIA SOCIAL, TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL E REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS

Para entender de maneira empírica como a Cartografia Social pode auxiliar nos processos de reivindicação de direitos sobre os territórios das comunidades quilombolas brasileiras, bem como no entendimento dos conflitos que ocorrem nestes territórios, nesta seção serão levantados dois estudos de caso que se utilizaram desta área de conhecimento

para as questões territoriais: o Quilombo da Fazenda, localizado em Ubatuba (São Paulo), e o Quilombo de Cachoeira Porteira, que fica no Alto Trombetas, em Oriximiná (Pará).

Assim, o primeiro estudo de caso diz respeito à Cartografia Social como instrumento de auxílio no processo de regularização fundiária e demarcação do território Quilombo da Fazenda. No bojo destas questões, vale salientar que todo o processo de titulação de terras vem acompanhado de um mapa elaborado por cartógrafos do Estado, de modo a realizar a delimitação do território da comunidade. Porém esta representação cartográfica não é capaz de atender aos anseios e reivindicações por parte dos grupos que ocupam o território, como no caso do Quilombo da Fazenda, sobretudo porque os mapas ditos oficiais trazem componentes que a comunidade não compreende. Logo, como o grupo quilombola pode estar de acordo com um recorte espacial que é ininteligível para eles? (BRANDÃO e OLIVEIRA, 2019). Sugere-se, portanto, que a solução para esta questão pode ter como caminho as oficinas de Cartografia Social.

No caso do Quilombo da Fazenda, foram realizados, a partir de março de 2018, encontros de sensibilização da comunidade: primeiramente foi feito um exercício de linha do tempo, de maneira que os anciãos do grupo fossem verbalizando os conflitos antigos ocorridos no território até chegar às tensões hodiernas. Assim, durante o trabalho de campo, foram sendo apresentados os pontos históricos do território, como o Sertão da Fazenda, onde fica a sede do quilombo e grande parte das casas dos quilombos, e a roda d'água do pretérito engenho de açúcar e álcool do século XIX, os quais, dentre outros elementos, são utilizados como marcos materiais para o turismo de base comunitária que já ocorre no espaço. Em paralelo a estas atividades, foram apresentadas à comunidade experiências de Cartografia Social que ocorreram em outros grupos e que serviram como instrumento para o atender aos anseios daqueles grupos elencados (BRANDÃO e OLIVEIRA, 2019).

Já o segundo encontro foi relacionado à identificação do território quilombola por meio da imagem de satélite do *Google Earth.* Simultaneamente, foi sendo realizado um mapeamento dos principais marcos materiais da comunidade, como o Telecentro, a Igreja, a Roda d'água, dentre outros, que seriam posteriormente confirmados em campo com o uso do GPS. Deste modo, durante os meses de março e maio de 2018, foram realizados 4 trabalhos de campo da equipe da pesquisa em conjunto com membros da comunidade para identificar pontos do presente e do passado de usos do solo do território, como áreas de roça que foram derrubadas por serem hoje consideradas área de

preservação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), pontos históricos e marcos atuais de atividades econômicas do grupo, como agricultura e pesca, além dos locais de moradia, dentre outros elementos. Paralelamente, foram realizadas entrevistas com os membros da comunidade quilombola, bem como foi feito o registro fotográfico de diversos pontos importantes do território já mencionados. A etapa subsequente foi a elaboração da simbologia da legenda que iria compor o mapa. Para tal, foi realizada uma oficina com as crianças da comunidade para que se pudessem ser utilizados os desenhos dos seus cotidianos, de maneira a propiciar um mapa final mais condizente com a realidade quilombola, o que facilita a leitura e a interpretação deste produto cartográfico pelo grupo (BRANDÃO e OLIVEIRA, 2019).

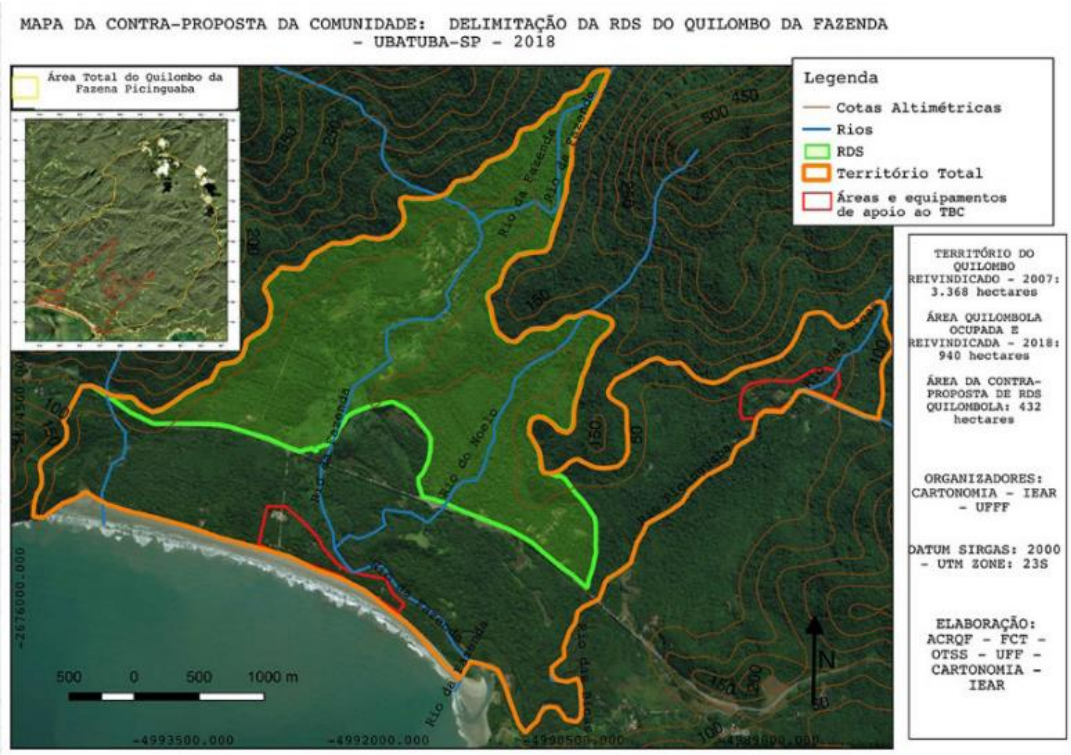
Todo esse material foi levado pela equipe do Cartonomia[5] de maneira a ser construído um Sistema de Informação Geográfica (SIG) do Quilombo da Fazenda. Os desenhos das crianças foram digitalizados e vetorizados para que pudessem ser a legenda dos mapas já georreferenciados. Após esta etapa concluída, a equipe retornou ao quilombo e apresentou a primeira proposta de mapa georreferenciado dos usos do Território do Quilombo da Fazenda para avaliação, no que tange aos símbolos utilizados e às cores escolhidas para o mapa. Além do mapa, igualmente foi realizado um relatório para a caracterização e localização dos diferentes usos do quilombo. A elaboração deste mapa permitiu que a comunidade pudesse apresentar ao governo de São Paulo a sua própria representação do território, fazendo com o que o quilombo tivesse voz no processo de titulação da terra. Deste modo, em conjunto com o Quilombo da Fazenda, o grupo de pesquisa elaborou uma proposta de delimitação do território quilombola (figura 3), de maneira a mostrar os anseios da comunidade e os lugares que o grupo concordou em abrir mão no processo de negociação com o estado de São Paulo (BRANDÃO e OLIVEIRA, 2019).

No que tange à situação do processo de titulação do Quilombo da Fazenda, mesmo tendo sido reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2006, o território quilombola ainda não foi titulado. Depois de anos de espera para que as terras fossem regularizadas, em 2018 o Ministério Público declarou que a Ação Civil Pública do quilombo não deveria estar a cargo da justiça estadual, mas sim federal. Depois do

[5] O Grupo de Pesquisa Cartonomia integra o Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Angra dos Reis (RJ), e apresenta como um dos objetivos: o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social.

encaminhamento, foi decidido que o processo estava relacionado a um conflito de competência entre a Federação e o Estado, dirigindo, assim, o processo para o Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão foi recorrida pelo Ministério Público, estando em processo para a manutenção da Ação Civil pela justiça federal. Vale salientar novamente que os mapas da Cartografia Social estão sendo utilizados nesta Ação Civil (BRANDÃO e OLIVEIRA, 2019).

Figura 3: Mapa elaborado por meio do trabalho de Cartografia Social de contraproposta da comunidade Quilombo da Fazenda para a delimitação de seu território.



Fonte: BRANDÃO, J. P. e OLIVEIRA, M. E. B., 2019.

A segunda experiência de Cartografia Social em comunidade quilombola é a desenvolvida pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) na comunidade quilombola de Cachoeira Porteira (Pará). Antes de adentrar nas oficinas, é importante o levantamento de um breve histórico do processo jurídico de demarcação deste território quilombola. A Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira (AMOCREQ-CPT) realizou a reinvindicação de seu

território através do protocolo junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA)[6], em 05 de maio de 2004, devido a uma série de tensões em suas terras, como a pressão de sojicultores (FASCÍCULO 18, 2014). O processo ocorre no âmbito estadual, pois as terras públicas deste quilombo são estaduais; ademais, o mesmo permaneceu parado até o ano de 2012, com a instalação no Ministério Público Federal (MPF) do inquérito civil público solicitando o estudo antropológico, o qual faria parte do "Relatório Técnico Científico para Identificação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Cachoeira Porteira", a ser realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). Deste modo, o IDESP solicitou ao PNCSA que realizasse a elaboração do estudo antropológico junto à comunidade quilombola, o qual ocorreu de maneira participativa (FARIAS JÚNIOR, 2016).

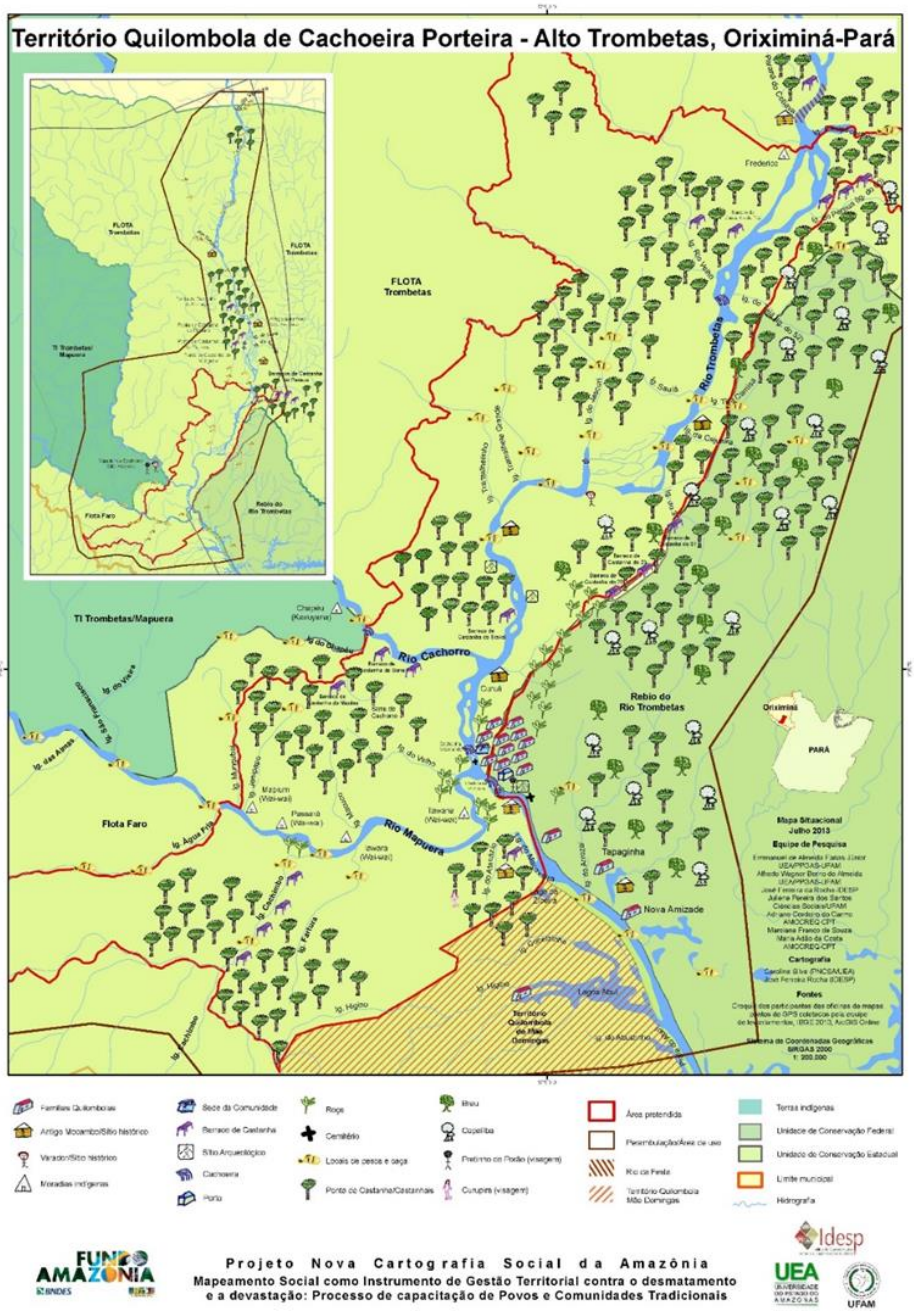
Apesar de as oficinas de Cartografia Social terem tido diversos enfoques, como o mapeamento social como ferramenta contra o desmatamento e a devastação, neste artigo será enfatizada a etapa que diretamente auxiliou no processo de obtenção da titulação pelo grupo em março de 2018, pelo governo do Pará. Assim, o segundo momento das oficinas concerniu em viabilizar os limites territoriais, optando-se, assim, pelo detalhamento das necessidades dos órgãos fundiários. Para todas as etapas, foram realizadas entrevistas e oficinas de mapas participativos (FARIAS JÚNIOR, 2016).

Com relação à reivindicação territorial dos quilombolas, este território não está circunscrito à utilização dos castanhais, principal atividade econômica deles, mas também por lugares de práticas tradicionais, como a pesca, a caça e a perambulação, além dos marcos materiais históricos e míticos, que foram levantados no primeiro momento das oficinas. Assim, para a elaboração do mapa com o território pretendido pelos quilombolas, foram levantados, com o uso do GPS, os seguintes pontos em parceria entre os pesquisadores do PNSCA, o IDESP e a comunidade quilombola: castanhais como Cutraval, Pirara, Caução e Fumaça; áreas históricas como Campiche, Rio da Festa e as capoeiras do Maravilha; os igarapés utilizados para acesso aos castanhais; áreas de diversos usos da floresta e dos rios; e, finalmente, os pontos referentes aos limites do território pretendido. Após esta etapa, os quilombolas elaboraram legendas para representar cada área e/ou ponto específico. Deste modo, foi produzido o mapa (figura 4) da área pretendida pela comunidade quilombola no processo jurídico de demarcação de

[6] ITERPA é o órgão que executa o proceder administrativo, com o objetivo de regularização fundiária das "terras de quilombos", na esfera estadual.

suas terras. Este mapa é resultado do conhecimento trazido pelos membros da comunidade em associação com os croquis feitos pelos mesmos, em conjunto com os pontos obtidos pelo GPS em trabalhos de campo. Vale salientar que, durante as oficinas, foram realizados cursos acerca das leis relacionadas aos direitos quilombolas, bem como a ministração de cursos sobre os elementos basilares da cartografia e dos usos do GPS (FARIAS JÚNIOR, 2016).

Figura 4: Mapa com o território pretendido pela comunidade quilombola de Cahoeira Porteira para o processo jurídico de demarcação de sua terra.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), 2013.

Vale salientar que o processo de demarcação do território quilombola de Cachoeira Porteira perdurou por 14 anos na justiça até que ocorresse o reconhecimento de domínio coletivo no dia 3 de março de 2018. A colaboração do MPF e do MPE (Ministério Público Estadual) foi importante para a consolidação do processo de titulação, uma vez que surgiram tensões entre os quilombolas e os indígenas da região que coabitavam algumas áreas comuns. Para a resolução deste conflito, foram realizadas várias mesas organizadas pelos órgãos supracitados, de maneira que ocorresse um acordo de demarcação de territórios com a anuência de ambos os grupos. Com este acordo, tanto o processo de demarcação das terras quilombolas quanto indígenas puderam seguir seus respectivos fluxos burocráticos[7]. Convém frisar novamente que as oficinas de Cartografia Social realizadas pelo PNSCA junto à comunidade quilombola foram cruciais para a definição dos seus limites territoriais a serem defendidos no processo de ação pública que foi instaurado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da discussão aqui proposta, foi possível demonstrar a importância da manutenção dos territórios de quilombo como estrutura basilar e elo indissociável para a conservação da identidade quilombola, tendo em vista que tais territórios representam a liberdade conquistada por seus ancestrais, numa estrutura política que cerceava o acesso à terra e o direito à humanidade desses sujeitos. A garantia do direito à permanência e ao uso da terra, pelos quilombolas que ainda resistem em seus territórios, é a condição *sine qua non* para a continuidade da cultura quilombola como comunidade que resistiu secularmente contra todos e quaisquer interesses político-econômicos contrários à ideia de um território constituído por e para negros, que lutam contra a lógica hegemônica que invisibiliza o debate étnico-racial e que buscam, incessantemente, protagonizar sua própria história.

A Cartografia Social constitui-se numa área de conhecimento intrinsecamente ligada às relações étnico-raciais, como às questões de território das comunidades

[7] Dados obtidos na notícia de 27 de fevereiro de 2018 do site oficial do PNSCA: http://novacartografiasocial.com.br/a-comunidade-quilombola-de-cachoeira-porteira-recebera-titulo-de-dominio-coletivo /. Data de acesso: 02/09/2020.

quilombolas, uma vez que surge para fornecer visibilidade àqueles que não aparecem usualmente em mapas ditos convencionais e/ou oficiais. Sendo assim, esta perspectiva teórico-metodológica contribui para diminuir o silenciamento que vem se repetindo há séculos na história da luta pelo reconhecimento dos territórios quilombolas no Brasil e surge como proposta para dar protagonismo aos sujeitos envolvidos no processo jurídico que compreende tais comunidades.

No que tange ao cerne do artigo, que foi mostrar como a Cartografia Social pode contribuir para a demarcação de terras quilombolas, foi possível observar como o processo de automapeamento propiciou instrumentalizar as comunidades para que elas mesmas pudessem realizar as suas próprias representações espaciais. Por intermédio dos mapas, os grupos puderam identificar e discutir com potência e relevância a demarcação dos limites de seus territórios com os órgãos oficiais, uma vez que passaram por processo de capacitação em que puderam ir à campo, com o auxílio de pesquisadores de instituições públicas de ensino e pesquisa, a fim de levantar as coordenadas de seu território com a utilização do GPS, dentre outros elementos, como o que ocorreu com o caso do Quilombo da Fazenda e o Quilombo de Cachoeira Porteira.

Assim, conclui-se que os mapeamentos participativos são ferramentas fundamentais para salvaguardar os territórios das comunidades quilombolas, haja vista que os quilombolas são aqueles com maior e melhor propriedade para identificar as fronteiras, os signos e símbolos referentes às suas identidades e manutenção delas, além de compreender o conhecimento ancestral preservado naquele território específico e inalienável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e território. In: ACSELRAD, H. (org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais*: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. 2010, p. 9-46.

ALMEIDA, A. W. B. Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia. In: ALMEIDA, A. W. B.; FARIAS JUNIOR, E. A. *Povos e comunidades tradicionais*: nova cartografia social. Manaus, 2013.

ARAUJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério. Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Ed. Access, Rio de Janeiro, 2007.

ASANTE, Molefi. K. *Afrocentricity*: The theory of social change. Buffalo, NY: Amulefi, 1980.

_____. *Afrocentricidade*: notas sobre uma posição disciplinar. In: Nascimento, E.L. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p.93-110.

BRANDÃO, J. P.; OLIVEIRA, M. E. B. *As contribuições da Cartografia Social para o processo de regularização fundiária e demarcação de terras quilombolas*: uma análise do Quilombo da Fazenda, em Ubatuba-SP. Monografia em Controle Social e Desenvolvimento Territorial. V. 5, n. 6, jul/dez 2019. ISSN 2527-1253.

CÁCERES, L. S. R. Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina. In: ACSELRAD, H. (org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais*: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010.

CAVAZZI, G. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. 2 volumes. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, [1687] 1965.

CHAPIN, Mac. A identificação de obstáculos e busca de soluções. In: *Participatory Learning and Action, number 54, april 2006*.

DAOU, A. M. "Cartografias Sociais e Território" (resenha). In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Volume 11, n.1. maio de 2009.

FARIAS JÚNIOR, E. A. *Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados*: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2016.

Fascículo 18, Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombolas de Cachoeira Porteira, Alto Trombetas, Oriximiná – PA, 18– Manaus: UEA Edições, 2014.

FOX, J. *et al*. O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: Acselrad, H. (org.). *Cartografias sociais e território*, IPPUR, UFRJ, 2008, p.71-84.

GAVIRIA, E. M.; CÁCERES, L. S. R. Cartografía Social y Territorio en América Latina – Memorias del Seminario de Rio de Janeiro, julio 2010. *Antropológica 2010*. Tomo LIV n° 114: 129-159.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (org.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. O território e a territorialidade, In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da & GIACOMINI, Sonia Maria. 2013. *Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas. Ed. PUC-Rio, 2013.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HOFFMANN, M. B. Mapeamentos Participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos. In: ACSELRAD, H. (org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais*: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. 2010.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: Acselrad, H (Org.). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: editora UFRJ/IPPUR, 2008.

LUSSAULT, M. La Ville Clarifiée. *Essai d'analyse de quelques usages carto- et iconographiques en oeuvre dans le projet urbain*. In: CAMBRÉZY, L.; DE MAXIMY, R. (Ed.). *La Cartographie en Débat*. Paris: Karthala-Orstom, 1995.

MOORE, Eli; GARZÓN, Catalina. *Social Cartography: The Art of Using Maps to Build Community Power. In: Race, Poverty & the Environment*. *Fall*2010.

M'BOKOLO, E. *África Negra*: história e civilizações. Tomo I. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MILLER, J. C. *Nzinga of Matamba in a New Perspective*, In: Journal of African History, ano XVI, n. 2, p. 201-16, 1975.

OFFEN, K. *The Territorial Turn: Making Back Communities in Pacific Colombia. Journal of Latin American Geography* 2, n.1. (2003): 43-73.
POOLE, P. Existe vida depois da cartografia de posse? In: *Participatory Learning and Action*, number 54, april 2006.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, J.A.N.; MENDES, T.M.; OLIVEIRA, J.M. De África, Nzinga; da diáspora, Dandara: cosmopercepção descolonizando o corpo negro. In: *Revista da ABPN*, v. 12, n. 33, jun –ago 2020, p. 402-430.

SILVEIRA, A.F.S. *Resistência e protagonismo negro no espaço rural brasileiro:* um debate sobre a formação dos territórios de quilombo. Tese (Doutorado em Geografia), Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al (Orgs). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

VANSINA, J. *Kingdoms of the Savanna*. Madison: The University of Winsconsin Press, 1966.

Recebido em: 24/06/2022

Aprovado em: 21/10/2022